



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003329-83.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Stanley Jhonny Pratavieira**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que manteve linha telefônica determinada por doze anos, até que por motivos particulares deixou de pagar pelos serviços prestados.

Alegou ainda que após buscar a quitação da dívida foi informado que seria possível o restabelecimento da linha, inclusive com o mesmo número, mas isso não se implementou.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente nesse restabelecimento.

A pretensão deduzida não pode prosperar.

Com efeito, é certo que havia entre as partes contrato de prestação de serviços de telefonia relativo a uma linha, não tendo o autor feito pagamentos pela respectiva utilização.

É certo, também, que tal linha foi depois comercializada com terceira pessoa e diante desse cenário o pleito exordial não vinga.

O autor na verdade não possui direito à manutenção do mesmo número da linha que usufruiu enquanto foi adimplente com as faturas correspondentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por ter deixado de sê-lo, poderia a ré – como efetivamente sucedeu – comercializar a linha com outrem, que seria afetado injustificadamente na hipótese de acolhimento da postulação.

É óbvio que alternativa dessa natureza não se concebe.

Nem se diga que a ré teria informado o autor da possibilidade de restabelecer o número da linha se quitasse a dívida em aberto, seja porque não foi amealhado um único indício a esse propósito (merecem destaque quanto ao tema o decidido a fl. 36 e a certidão de fl. 40), seja porque ainda que tal tivesse acontecido não seria bastante para o sucesso do pedido com prejuízo a terceiro estranho ao feito.

Como se vê, sob qualquer ângulo de análise a conclusão será sempre a de que não se cogita da obrigação imputada à ré.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**